

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

Nota 1. Contexto Operacional

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) – Departamento Nacional é uma Entidade de direito privado, gestora de contribuições sociais, nos termos dos artigos 149 e 240 da Constituição Federal de 1988, organizada e administrada pela Confederação Nacional da Indústria, nos termos do Decreto Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que tem por objetivo:

- a) realizar em escolas instaladas e mantidas pela Instituição, ou sob forma de cooperação, a aprendizagem industrial a que estão obrigadas as empresas de categorias econômicas sob sua jurisdição, nos termos de dispositivo constitucional e da legislação ordinária;
- b) assistir os empregadores na elaboração e execução de programas gerais de treinamento do pessoal dos diversos níveis de qualificação, e na realização de aprendizagem metódica ministrada no próprio emprego;
- c) proporcionar, aos trabalhadores maiores de 18 anos, a oportunidade de completar, em cursos de curta duração, a formação profissional parcialmente adquirida no local de trabalho;
- d) conceder bolsas de estudo e de aperfeiçoamento a pessoal de direção e a empregados de excepcional valor das empresas contribuintes, bem como a professores, instrutores, administradores e servidores do próprio SENAI;
- e) cooperar no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interesse para a indústria e atividades assemelhadas.

As principais fontes de receitas da Entidade são as contribuições compulsórias, previstas nos Artigos 4º e 6º do Decreto – Lei nº 4.048 de 22/1/1942, recolhidas mensalmente pelas empresas enquadradas no seguimento industrial. A arrecadação dessas contribuições ocorre de forma direta, quando o contribuinte recolhe diretamente aos Departamentos Regionais ou, de forma indireta, através da guia de recolhimento da Contribuição Previdenciária paga à Receita Federal do Brasil.

Nota 2. Apresentação e Base de preparação das Demonstrações Contábeis

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Contábeis aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), segundo a padronização e as peculiaridades do Plano de Contas e Manual de Padronização do Sistema Indústria, em consonância com a Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101/2000.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Superintendência de Finanças, em 31 de janeiro de 2019.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.



Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração utilize estimativas e adote premissas objetivas e subjetivas, para determinar os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas.

As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado, provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, provisões para desembolsos originados de processos administrativos e judiciais. Os resultados reais das transações envolvendo essas estimativas podem divergir dos valores apresentados. A administração da Entidade revisa essas estimativas periodicamente.

Nota 3. Resumo das Principais práticas contábeis adotadas

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

A administração da Entidade mantém suas aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalente de caixa, por se tratar de aplicações em fundo de investimentos e títulos de renda fixa (CDB), com resgate imediato.

3.2. Créditos a receber de clientes

Estão apresentados pelo valor de realização e decorrem de serviços prestados, prioritariamente na área de educação e qualificação profissional.

3.3. Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A perda estimada em crédito de liquidação duvidosa é constituída de acordo com o normativo interno da Entidade, o qual determina a constituição de provisão para perda na base de 100% (cem por cento), para os títulos vencidos há mais de 180 dias. Para os títulos com vencimento inferior a 180 dias, a provisão, quando necessária, é constituída com base em dados históricos de cada cliente, em montante considerado suficiente pela Administração, para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

3.4. Adiantamentos

Referem-se à adiantamentos de salários, férias, 13ºsalário, adiantamentos de viagens, adiantamentos a terceiros e adiantamentos para realização de despesas de pronto pagamento.

3.5. Departamento conta movimento

Referem-se a transações financeiras entre o SENAI-DN e os Departamentos Regionais do SENAI nos Estados.

3.6. Receitas a receber

Representam as receitas de contribuições compulsórias, reconhecidas pelo regime de competência e não recebidas até a data do balanço.



Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

3.7. Empréstimos e financiamentos concedidos

Estão representados pelo custo amortizado e referem-se aos valores dos empréstimos e financiamentos concedidos aos Departamentos Regionais, com recursos próprios ou Fundo de Reserva Financeira.

3.8. Sistema Indústria – Conta movimento

Referem-se ao valor das operações compartilhadas entre as Entidades do Sistema Indústria: CNI, SESI, IEL, Conselho Nacional do SESI e Condomínios vinculados à Entidade.

3.9. Convênios e Acordos

Referem-se a direitos e obrigações relativos a convênios e acordos firmados com Entidades de direito público ou privado, para realização de objetivos de interesse comum, cujos recursos serão utilizados na execução de projetos. Os ativos são reconhecidos pelo regime de competência, na medida em que os recursos são recebidos e/ou projetos executados. Os passivos são reconhecidos, na medida em que os recursos são recebidos pela Entidade, e realizados na medida em que os projetos são executados.

3.10. Contas correntes ativas e passivas

Referem-se aos valores ativos e passivos, decorrentes das transações realizadas com os Departamentos Regionais, os Centros de Atividades e outras e direitos/obrigações, junto a terceiros ou colaboradores.

3.11. Valores a apropriar

Referem-se aos valores repassados aos Departamentos Regionais do SENAI ou terceiros, para execução de projetos de interesse do SENAI-DN. Os valores gastos na execução dos projetos são levados a resultado, mediante aprovação das prestações de contas apresentadas pelas Entidades executoras.

3.12. Despesas antecipadas

Correspondem aos valores pagos pela contratação de seguros, assinaturas de periódicos e outras despesas que são apropriadas nas contas de resultado, mensalmente, observando o período de vigência do contrato.

3.13. Depósitos para recursos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados pelo valor original e possuem passivos correspondentes, a menos que ocorra desfecho desfavorável da questão. Os passivos correspondentes estão demonstrados na Nota Explicativa nº 18.

3.14. Investimentos

Referem-se a ações de concessionárias de telefonias. Estão apresentadas pelo valor de mercado, mensuradas com base na cotação dessas ações pela Bolsa de Valores. A diferença entre o valor de mercado e o valor histórico dessas ações, é registrada em contrapartida de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

3.15. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido por reavaliações efetuadas em exercícios anteriores, deduzido da correspondente depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulada.

3.16. Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas anuais, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os bens cedidos não são depreciados.

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e respectivas taxas de depreciação são as seguintes:

Tipo de Bem	Vida Útil	Taxa de Depreciação
Prédios	600 meses	2% a.a.
Mobiliário em Geral	120 meses	10% a.a.
Veículos	60 meses	20% a.a.
Máquinas e Equipamentos em Geral	120 meses	10% a.a.
Equip. Médicos Cirúrgicos Odonto. e Laboratoriais.	120 meses	10% a.a.
Equipamentos de Informática	60 meses	20% a.a.
Equipamentos Esportivos, Artísticos e de Recreação	120 meses	10% a.a.
Equipamentos de Comunicação	120 meses	10% a.a.

3.16.1. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Entidade revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos apresentaram indicadores de perdas por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado, com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo for menor que o seu valor contábil, o valor do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.17. Férias e Encargos à Pagar

O montante de Férias e encargos sobre férias a pagar foi calculado com base na legislação trabalhista vigente, considerando o período aquisitivo de cada funcionário.

3.18. Provisões para Riscos

As provisões para risco de perdas em causas cíveis, trabalhistas e fiscais, são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida), resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Na avaliação das causas para efeito de risco de perda provável, consideram-se as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, o julgamento dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas semestralmente e ajustadas nas circunstâncias julgadas necessárias, em função de prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas, com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 18.

3.19. Demais Passivo Circulante e Não Circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

3.20. Ativo e Passivo compensado

As rubricas de compensado, com função precípua de controle, são utilizadas para consolidar atos e fatos ligados à execução orçamentária, financeira e de controle patrimonial, como bens cedidos em comodato e os depósitos de FGTS dos empregados não optantes, que podem vir a afetar o patrimônio, direta ou indiretamente.

3.21. Reconhecimento das Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

- a) **Receitas Correntes:** estão compostas pelas receitas de atividades próprias, como segue:
- **Receita de Contribuição:** representa a arrecadação compulsória direta e indireta. As empresas contribuintes da indústria recolhem ao SENAI, 1% sobre o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos seus empregados. Além da contribuição compulsória, o SENAI tem uma contribuição adicional correspondente a 20% sobre a contribuição de 1%, devida apenas pelas empresas que têm mais de 500 empregados. São arrecadadas e fiscalizadas, em regra, pela Receita Federal do Brasil, juntamente com as Contribuições Sociais Previdenciárias. Estão apropriadas mensalmente, pelo regime de competência, com base nas informações da GEAF – Gerência de Arrecadação e Fiscalização e ajustadas pelo valor recebido.
 - **Transferências Correntes:** referem-se a receitas de convênios firmados com outras Entidades do Sistema Indústria e parceiros de direito público, privado ou organismos internacionais, para o desenvolvimento de projetos voltados à consecução dos objetivos institucionais da Entidade.
 - **Receitas e Despesas Financeiras:** representam juros e variações monetárias e cambiais ativas/passivas, decorrentes de empréstimos, aplicações financeiras, e descontos obtidos de fornecedores. São reconhecidas no resultado pelo regime de competência.
 - **Receitas de Capital:** consolidam os registros de amortizações de empréstimos concedidos com recursos próprios, com finalidade de execução orçamentária.
- b) **Despesas Operacionais:** consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, classificáveis como Despesas Correntes, Despesas de Capital e Variações Patrimoniais/Financeiras, dependentes ou não da execução orçamentária.
- **Despesas Correntes:** consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, classificáveis como aplicação direta e como transferências correntes.
 - **Despesas de Capital:** consolidam os gastos incorridos e as provisões, classificáveis como aplicações diretas, investimentos e inversões financeiras e como de transferências de capital.

3.22. Instrumentos Financeiros

a) Ativos Financeiros

- **Reconhecimento inicial e mensuração:** ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos, se aplicável,

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ao valor justo, por meio do resultado, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, receita a receber - arrecadação, Departamento Nacional - conta movimento e convênios e acordos.

- **Empréstimos e recebíveis:** empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são demonstrados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva).
- **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** a Entidade avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

b) Passivos Financeiros

- **Reconhecimento inicial e mensuração:** passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Entidade incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, Departamento Nacional conta movimento, Sistema CNI - conta movimento e convênios e acordos.

- **Mensuração subsequente:** após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como, durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.
- **Empréstimos e Financiamentos:** os empréstimos e financiamentos são mensurados inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado atualizado pela taxa referenciada, quando houver. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, conforme o período de amortização total da transação.

3.23. Tributos e Contribuições

A Entidade, nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei 2.613, de 23/09/1955, na condição de prestadora de serviços sociais autônomos, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais.

No que se refere à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Entidade não apura lucro, portanto, não está sujeita às regras da Lei nº 7.689/1988, art. 1º e 2º, Lei nº 10.833/2003 e IN RFB 1.234/2012, art. 4º, inciso VI.

A contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de salários, de acordo com o Decreto nº 4.524, de 17/12/2002, artigo 9º, inciso VI. Conforme incisos I e II, art. 46 deste Decreto, as Entidades

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

relacionadas no artigo 9º, inseridos os serviços sociais autônomos, não contribuem para o PIS/PASEP sobre faturamento e são isentas da COFINS.

Nota 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2018			31/12/2017		
	Sem restrição	Com restrição	Total	Sem restrição	Com restrição	Total
Banco c/Movimento	1.178,24	4.308.090,36	4.309.268,60	23.681,17	-	23.681,17
Aplicações financeiras (a)	582.406.481,95	129.258.671,92	711.665.153,87	526.517.154,45	201.513.774,99	728.030.929,44
TOTAL	582.407.660,19	133.566.762,28	715.974.422,47	526.540.835,62	201.513.774,99	728.054.610,61

a) Aplicações Financeiras

	Sem restrição	
	31/12/2018	31/12/2017
CEF - AG 0650.022.208020-1	2.758,98	2.599,47
F EXCL BB - 5951-X	84.752.084,31	67.011.570,25
CDB CEF - 41452-2	489.731.860,54	459.500.346,84
F EXCL CEF - 41452-2	7.919.778,12	2.637,89
TOTAL	582.406.481,95	526.517.154,45

	Com restrição	
	31/12/2018	31/12/2017
FRF - FUNDO BANCO DO BRASIL 8914-1	37.376.007,60	24.774.769,21
FRF - CDB CEF 41644-4	24.728.921,61	23.990.131,68
FRF - F. EXCL. CEF 41644-4	946.573,51	82.045,54
POUP BB SENAI PRONATEC- 6045-3	9.950.421,53	10.935.671,56
F EXCL BB -6045-3	-	3.102.450,36
F EXCL BB -444444-2	52.035.003,71	56.041.507,70
(*) F EXCL BB - 5955-2 BNDES GARANTIA	-	82.347.197,17
F EXCL BB - 6501-3 CONV JP MORGAN	13.669,54	240.001,77
POUP BB SENAI ANEEL-6588-9	4.190.000,00	-
F EXCL SENAI/SHELL 6499-8	18.074,42	-
TOTAL	129.258.671,92	201.513.774,99

(*) No exercício de 2018, esta rubrica (F EXCL BB - 5955-2) foi reclassificada para o grupo "Depósitos em garantia", conforme Nota Explicativa nº 10.

- **Sem restrição:** contas bancárias mantidas pela Entidade para a execução e manutenção de suas atividades.
- **Com restrição:** contas bancárias vinculadas a projetos, convênios ou acordos para a execução de iniciativas educacionais e assistenciais. Em geral, possuem destinação estabelecida em normativos e/ou contratos.

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

Nota 5. Clientes

	31/12/2018	31/12/2017
Clientes de Exercício Corrente	9.312.312,15	6.068.294,71
Clientes de Exercícios Anteriores	31.080,00	31.080,00
(-)Provisão Perdas Rec. Créditos Clientes	(31.080,00)	(31.080,00)
TOTAL	9.312.312,15	6.068.294,71

Nota 6. Departamento Conta Movimento

	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Acre	31.696,74	34.770,32	2.647.665,97	2.564.113,62
Alagoas	195.230,52	188.692,56	4.028.670,74	4.305.221,83
Amazonas	773.066,94	748.759,89	5.067.229,84	4.251.718,30
Amapá	424.599,77	324.838,45	5.666.293,81	1.837.500,87
Bahia	1.883.064,17	1.701.361,54	15.307.459,14	27.819.975,56
Ceará	963.243,01	841.863,68	5.034.860,79	4.795.548,19
Distrito Federal	922.553,40	6.561.922,21	3.265.802,23	3.375.882,41
Espírito Santo	950.022,34	868.744,85	4.564.193,01	4.476.123,54
Goiás	849.499,58	818.383,88	8.599.351,54	6.736.304,52
Maranhão	382.232,02	370.375,25	2.971.141,68	3.146.235,99
Mato Grosso	338.633,01	265.544,85	4.543.366,59	6.874.996,23
Mato Grosso do Sul	341.049,22	257.517,39	4.223.929,31	7.128.803,18
Minas Gerais	5.290.621,16	5.072.429,70	15.357.228,94	16.249.478,01
Pará	724.374,04	604.051,94	4.422.642,75	4.613.822,12
Paraíba	328.250,97	316.385,61	4.919.811,18	4.834.128,95
Paraná	3.480.500,03	3.357.561,29	24.935.470,52	13.806.776,10
Pernambuco	968.969,30	808.218,38	7.314.461,57	18.627.564,00
Piauí	155.631,84	142.602,22	4.356.773,74	4.438.673,74
Rio de Janeiro	6.802.332,66	6.693.645,75	13.496.394,12	15.683.197,32
Rio Grande do Norte	351.524,26	1.733.085,73	4.592.223,35	3.969.693,08
Rio Grande do Sul	3.957.953,74	3.725.859,49	12.438.818,87	10.983.494,05
Rondônia	117.816,74	91.572,56	3.160.660,90	3.285.243,87
Roraima	29.950,23	30.357,10	1.750.551,25	1.753.183,47
Santa Catarina	2.860.639,23	2.698.220,76	14.807.597,44	16.725.428,75
São Paulo	20.489.596,15	19.593.781,49	63.158.544,84	69.529.015,99
Sergipe	305.598,86	294.409,66	3.733.650,13	3.801.634,72
Tocantins	64.267,22	58.093,46	4.361.264,69	3.929.003,90
CETIQT	257.271,64	1.569.749,43	12.555.592,31	4.695.971,81
TOTAL	54.240.188,79	59.772.799,44	261.281.651,25	274.238.734,12

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

Nota 7. Departamento Conta Movimento – Operações BNDES

Representam os saldos a receber dos Departamentos Regionais do SENAI, provenientes do financiamento contratado junto ao BNDES destinado ao desenvolvimento do Programa SENAI de Apoio à competitividade da Indústria Brasileira, cuja execução cabe aos Departamentos Regionais.

Cabe ao Departamento Nacional do SENAI, como gestor do 'contrato-mãe', o monitoramento das atividades executadas pelos Departamentos Regionais e o controle da dívida contratual de modo a garantir a consecução dos objetivos, metas e resultados, bem como, o cumprimento das obrigações contratuais.

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Acre	875.746,89	768.848,98	8.088.286,35	8.901.200,74
Alagoas	923.505,93	921.203,57	8.410.482,60	9.372.638,73
Amazonas	1.994.440,80	1.709.960,88	18.188.080,95	17.244.423,30
Amapá	107.083,33	106.758,39	2.329.100,83	2.132.057,36
Bahia	7.744.263,06	5.758.904,12	86.536.211,79	83.868.124,30
Ceará	2.285.904,35	1.924.411,55	20.961.773,58	21.444.709,87
Distrito Federal	678.518,99	457.461,79	6.864.292,81	7.219.287,23
Espírito Santo	1.688.558,42	1.686.313,13	14.617.925,14	16.284.919,35
Goiás	1.986.708,98	1.824.093,60	17.409.803,98	19.079.008,38
Maranhão	1.951.984,69	1.327.866,56	18.734.872,20	17.367.183,04
Mato Grosso	6.534.134,00	5.829.863,67	57.744.381,14	64.686.104,35
Mato Grosso do Sul	4.171.353,66	3.924.315,27	39.317.892,95	43.782.784,17
Minas Gerais	13.048.051,04	13.821.270,17	115.756.547,10	137.853.254,45
Pará	1.961.073,93	1.953.557,68	17.165.454,38	18.871.093,63
Paraíba	3.210.798,22	2.815.014,88	29.073.718,83	30.800.268,74
Paraná	11.628.564,86	10.600.280,33	113.780.401,64	102.298.277,26
Pernambuco	4.147.399,84	1.912.840,54	42.080.630,49	31.591.064,90
Piauí	1.212.194,28	1.210.564,40	10.144.518,31	11.343.114,65
Rio de Janeiro	2.673.499,37	2.666.229,28	22.520.087,58	25.125.734,33
Rio Grande do Norte	1.035.943,57	1.028.728,54	16.720.829,52	13.911.869,14
Rio Grande do Sul	10.038.752,16	9.145.013,88	88.847.989,37	94.776.126,34
Rondônia	644.009,28	375.683,76	6.708.430,61	7.352.667,96
Roraima	380.203,01	255.118,46	3.807.913,57	4.193.912,82
Santa Catarina	8.914.166,44	8.738.072,90	78.841.878,33	87.994.038,69
Sergipe	905.922,68	786.336,81	8.428.951,58	9.321.267,40
Tocantins	1.284.841,02	1.273.253,29	11.801.638,31	13.064.667,90
CETIQT	-	510.633,37	32.054.405,14	15.300.887,58
(a) Atualização Monetária	3.558.349,69	2.087.151,35	33.278.925,53	22.175.310,45
TOTAL	95.585.972,49	85.419.751,15	930.215.424,61	937.355.997,06

(a) **Atualização Monetária:** atualização do saldo devedor do financiamento contratado junto ao BNDES, para implementação do Programa SENAI de Apoio à competitividade da Indústria

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

Brasileira, conforme previsto na Cláusula Terceira do Contrato de Financiamento, firmado entre as partes. Essa atualização resultou em um acréscimo no valor da dívida, na ordem de R\$ 36.837.275,22.

Abaixo, demonstramos a composição dos acréscimos por Departamento Regional:

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Acre	33.722,64	23.015,43	316.499,61	266.456,70
Alagoas	35.560,93	22.817,70	328.953,88	232.155,07
Amazonas	76.796,11	32.687,45	708.383,69	329.642,78
Amapá	4.125,12	1.999,38	72.388,84	39.929,33
Bahia	298.196,23	81.212,34	3.192.431,78	1.182.712,32
Ceará	88.020,78	52.649,19	819.227,63	586.683,12
Distrito Federal	26.110,08	11.359,64	263.631,25	179.268,55
Espírito Santo	65.016,45	51.092,38	570.762,18	493.404,95
Goiás	76.486,11	55.084,89	676.562,90	576.157,47
Maranhão	75.160,33	30.400,34	731.784,80	397.606,43
Mato Grosso	251.595,35	125.937,25	2.256.118,30	1.397.344,22
Mato Grosso do Sul	160.613,59	86.731,47	1.535.034,28	967.645,26
Minas Gerais	499.753,41	354.729,58	4.285.311,08	3.538.070,40
Pará	93.060,85	41.691,47	652.268,26	402.733,73
Paraíba	123.635,67	77.908,07	1.136.488,88	852.425,14
Paraná	447.750,89	292.271,19	3.991.483,16	2.820.570,58
Pernambuco	159.693,77	15.518,03	1.641.343,09	256.284,36
Piauí	46.681,12	36.728,76	397.920,18	344.152,33
Rio de Janeiro	102.943,77	84.660,08	880.275,00	797.810,86
Rio Grande do Norte	39.884,41	21.151,02	497.943,84	286.032,91
Rio Grande do Sul	386.515,14	275.964,29	3.462.094,08	2.860.008,92
Rondônia	24.797,68	10.869,27	262.085,83	212.727,06
Roraima	14.640,29	7.044,98	148.902,56	115.812,96
Santa Catarina	343.239,98	229.027,17	3.080.760,61	2.306.346,74
Sergipe	34.872,54	23.774,58	326.815,74	281.785,01
Tocantins	49.476,45	39.168,87	462.181,41	401.906,15
CETIQT	-	1.656,53	581.272,67	49.637,10
TOTAL	3.558.349,69	2.087.151,35	33.278.925,53	22.175.310,45

Nota 8. Empréstimos e Financiamentos. Concedidos

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017 Ajustado	31/12/2018	31/12/2017 Ajustado
Empréstimos	24.808.048,53	1.477.353,81	71.969.321,08	102.023.333,11

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

Demonstrativo dos empréstimos e financiamentos a receber, por fonte de recursos:

	Circulante			Não Circulante			
	31/12/2018		31/12/2017 Ajustado	31/12/2018		31/12/2017 Ajustado	
	Recurso Próprio	FRF	Recurso Próprio	Recurso Próprio	FRF	Recurso Próprio	FRF
Alagoas	0,00	1.013.943,36	0,00	0,00	3.262.592,26	0,00	2.203.465,25
Amazonas	0,00	754.979,79	0,00	0,00	2.153.579,57	0,00	3.335.582,24
Ceará	1.069.766,36	2.861.038,76	0,00	0,00	7.250.501,37	2.044.708,48	12.884.528,26
Distrito Federal	2.699.156,65	0,00	1.477.353,81	22.415.951,16	0,00	17.417.720,59	0,00
Espírito Santo	0,00	472.113,61	0,00	0,00	770.496,94	0,00	1.474.185,09
Goiás	0,00	2.720.559,80	0,00	0,00	0,00	0,00	3.900.000,00
Maranhão	854.792,26	0,00	0,00	392.502,06	0,00	2.033.435,95	0,00
Minas Gerais	0,00	2.486.483,74	0,00	0,00	7.387.095,48	0,00	11.047.003,00
Pará	0,00	2.570.414,06	0,00	0,00	10.672.861,78	0,00	10.245.083,76
Paraíba	340.038,67	702.138,73	0,00	354.099,85	0,00	1.007.800,74	2.281.467,70
Rio Grande do Norte	0,00	276.070,40	0,00	0,00	0,00	0,00	1.846.844,62
Rio Grande do Sul	3.772.157,55	278.950,91	0,00	8.254.488,97	0,00	15.095.346,01	3.455.708,51
Santa Catarina	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.246.961,09
Rondônia	1.935.443,88	0,00	0,00	9.055.151,64	0,00	10.503.491,82	0,00
TOTAL	10.671.355,37	14.136.693,16	1.477.353,81	40.472.193,68	31.497.127,40	48.102.503,59	53.920.829,52

- **Recurso Próprio:** Empréstimos subsidiados com recursos próprios e aprovados individualmente, de acordo com o regimento interno da Entidade.
- **FRF - Fundo de Reserva Financeira:** Empréstimos concedidos com recursos do FRF, corrigidos pelo índice médio mensal da caderneta de poupança e amortizados conforme Resolução SENAI nº 524/2012, que atualiza o Regulamento e Regimento do Fundo de Reserva Financeiro, aprovado pela Resolução 131 do Conselho Nacional, de 30 de julho de 1985.

Nota 9. Sistema Indústria Conta Movimento

	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Conta Movimento CNI	355.880,43	637.309,83	9.445.125,97	9.032.093,36
Conta Movimento SESI	2.074.132,18	115.682,56	2.313.478,20	479.997,21
Conta Movimento IEL	187.124,23	16.500,17	445.989,34	57.506,22
Conta Movimento CERS	-	-	226.086,50	490.463,29
Conta Movimento CEL28	120.000,00	30.000,00	298.966,05	920.508,49
TOTAL	2.737.136,84	799.492,56	12.729.646,06	10.980.568,57

Nota -10. Depósitos em Garantia

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
(a) SEBRAE Nacional			2.000.000,00	
(b) F EXCL BB 5955-2 (**)	87.821.946,97	82.346.197,17		
TOTAL	87.821.946,97	82.346.197,17	2.000.000,00	-

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

(**) Reclássificada da rubrica do grupo de Aplicações Financeiras com Restrição para o grupo de “Depósitos em garantia”.

(a) **Depósitos em Garantia – SEBRAE Nacional:** exigência no âmbito do contrato nº 92/2018 celebrado entre SEBRAE/NC e SENAI/DN para prestação de serviços de seleção, elaboração e execução de projetos de inovação tecnológica. O recurso depositado em garantia assegura o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do objeto contratado e do não adimplemento das demais obrigações; de multas moratórias e punitivas aplicadas pelo SEBRAE/NC ao SENAI/DN; de prejuízos diretos causados ao SEBRAE/NC decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato e de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não adimplidas pela contratada, quando couber.

(b) **Depósitos em Garantia – BNDES:** para assegurar o pagamento da obrigação, o BNDES exige a constituição e manutenção de conta reserva, com saldo não inferior ao valor equivalente à soma das 06 (seis) maiores prestações vincendas de amortização do principal e acessórios da dívida, até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do Contrato. Conforme Resolução SENAI 515/2011 a operação junto ao BNDES é garantida por recursos da Contribuição Adicional prevista no Art. 53 do Regimento Interno do SENAI e por recursos da parcela da Contribuição Geral destinada ao custeio da administração nacional do SENAI. Os recursos necessários para o cumprimento dessa exigência são mantidos na conta Banco do Brasil F EXCL BB - 5955-2 e recebe manutenção do valor periodicamente.

Nota 11 Valores à Apropriar

	31/12/2018	31/12/2017
Valores a Apropriar - Regionais	102.668.546,10	95.391.002,41
Valores a Apropriar - Outras Entidades	12.794.856,63	12.767.443,33
Convênios e Acordos	-	347.435,96
TOTAL	115.463.402,73	108.505.881,70

Nota 12. Investimento

12.1) Participações Societárias

	Código	Quantidade	31/12/2018	31/12/2017
Telecomunicações Brasileiras S/A (ON)	TELB3	369.029	11.070,87	14.078,46
Telecomunicações Brasileiras S/A (PN)	TELB4	186.324	4.210,92	4.097,26
Telef Brasil (ON)	VIVT3	1.049	43.307,02	43.212,62
Telef Brasil (PN)	VIVT4	765	35.372,88	37.201,59
Tim Participações S/A (ON)	TIMP3	2.288	26.766,44	29.969,26
TOTAL		559.455	120.728,13	128.559,19

*Cotação da bolsa de valores

12.2) Obras de Arte

31/12/2018	31/12/2017
66.133,78	66.133,78

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

A administração da Entidade não procedeu ao teste de impairment dos ativos classificados em Obras de Artes, para identificar se há alguma indicação de que tais ativos apresentam indicadores de perdas por redução ao valor recuperável, por considerar que, em função da irrelevância do valor total investido, qualquer indicativo de perda seria insignificativo.

Nota 13. Imobilizado

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor de Aquisição	Depreciação Acumulada	Líquido	Saldo Líquido Ajustado
Bens Imóveis	108.438.220,44	(14.153.920,17)	94.284.300,27	61.077.681,76
Terrenos	7.061.684,00		7.061.684,00	4.542.628,00
Prédios	69.302.915,61	(14.153.920,17)	55.148.995,44	56.535.053,76
Construções em Andamento	32.073.620,83	-	32.073.620,83	-
Bens Móveis	34.510.635,65	(19.972.793,18)	14.537.842,47	18.982.273,96
Mobiliário em Geral	5.194.888,24	(2.394.696,35)	2.800.191,89	3.023.796,28
Veículos	254.430,00	(253.797,60)	632,40	39.878,52
Máquinas e Equipamentos em Geral	23.846.577,13	(13.226.425,58)	10.620.151,55	14.752.046,15
Equip. Médicos Cirúrg, Odonto e Labor.	51.075,44	(17.138,59)	33.936,85	39.045,13
Equipamentos de Informática	4.767.306,92	(3.934.086,56)	833.220,36	889.461,57
Equipamentos Esp. Art. e de Recreação	35.560,00	(133,85)	35.426,15	-
Equipamentos de Comunicação	360.797,92	(146.514,65)	214.283,27	238.046,31
TOTAL	142.948.856,09	(34.126.713,35)	108.822.142,74	80.059.955,72

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO 2018							
	Saldo Líquido 31/12/2017 Ajustado	Incorporação por Afetação (a)	Aquisição	Baixas por Desafetação	Baixa de Depreciação	Depreciação do Período	Saldo Líquido 31/12/2018
Bens Imóveis	61.077.681,76	32.842.620,83	1.750.056,00	-	-	(1.386.058,32)	94.284.300,27
Terrenos	4.542.628,00	769.000,00	1.750.056,00	-	-	-	7.061.684,00
Prédios	56.535.053,76	-	-	-	-	(1.386.058,32)	55.148.995,44
Construções em Andamento	-	32.073.620,83	-	-	-	-	32.073.620,83
Bens Móveis	18.982.273,96	-	1.952.570,84	(5.863.065,03)	2.699.313,89	(3.233.251,19)	14.537.842,47
Mobiliário em Geral	3.023.796,28	-	425.444,95	(339.606,88)	115.636,97	(425.079,43)	2.800.191,89
Veículos	39.878,52	-	-	(160.373,60)	160.373,60	(39.246,12)	632,40
Máquinas e Equipamentos em Geral	14.752.046,15	-	1.097.139,95	(4.984.032,61)	2.116.535,66	(2.361.537,60)	10.620.151,55
Equip. Médicos Cirúrg, Odonto e Labor.	39.045,13	-	-	-	-	(5.108,28)	33.936,85
Equipamentos de Informática	889.461,57	-	384.858,62	(378.700,21)	306.415,93	(368.815,55)	833.220,36
Equipamentos Esp. Art. e de Recreação	-	-	35.560,00	-	-	(133,85)	35.426,15
Equipamentos de Comunicação	238.046,31	-	9.567,32	(351,73)	351,73	(33.330,36)	214.283,27
TOTAL	80.059.955,72	32.842.620,83	3.702.626,84	(5.863.065,03)	2.699.313,89	(4.619.309,51)	108.822.142,74

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

- (a) Em 13 julho/2018, foi assinado termo de ajuste administrativo celebrado entre SENAI/DN e SENAI DR/MG para transferência da execução do projeto ISI CEDIEE de Itajubá/MG, resultando na incorporação dos valores referentes aos registros dos recursos aplicados na obra em andamento e ao terreno, doado pelo município de Itajubá.

Em 31 de outubro de 2018, a Entidade procedeu ao teste de impairment, de seu ativo imobilizado. De acordo com o laudo técnico da empresa contratada AVM Avaliações, Consultoria e Projetos, os bens registrados contabilmente estão em condições de funcionamento. A empresa contratada realizou pesquisas de preço no mercado, considerando a natureza e condições desses bens e concluiu não ser necessário proceder a ajustes por redução ao valor recuperável para esses ativos e não necessita de qualquer ajuste, considerando a vida útil e valor residual.

Nota 14. Impostos, Taxas e Contribuições à Recolher

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de Renda	1.112.337,74	1.106.101,81
ISS	145.899,62	48.774,63
CSLL, COFINS, e PIS/PASEP	365.224,59	176.704,31
TOTAL	1.623.461,95	1.331.580,75

Nota 15. Salários e Encargos à Pagar

	31/12/2018	31/12/2017
INSS	649.280,35	670.558,60
FGTS	321.232,01	322.294,66
PIS	40.814,13	40.462,11
TOTAL	1.011.326,49	1.033.315,37

Nota 16. Operação de Financiamento - BNDES

Em 03 de abril de 2012, o SENAI – Departamento Nacional, celebrou um contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, N° 12.2.0152.1, no valor de R\$ 1,5 bilhões, com taxa de juros nominal de TJLP+1,4%a.a, para a implantação do Programa SENAI de Apoio à competitividade da Indústria Brasileira, cuja execução cabe aos Departamentos Regionais.

Essa operação está suportada por um “contrato-mãe”, celebrado entre o Sistema SENAI e o BNDES, sendo as liberações de recursos suportadas por subcontratos, firmados com concordância dos Departamentos Regionais que recebem e aplicam os recursos liberados, em projetos específicos, previamente analisados e aprovados pelo BNDES.

O contrato prevê uma carência de 3 (três) anos para pagamento do valor principal e a amortização da dívida ocorrerá no período de 12 anos, contados do recebimento dos recursos.

A gestão do “contrato-mãe” cabe ao Departamento Nacional, enquanto os Departamentos Regionais são responsáveis pelo pagamento integral do empréstimo, juros e amortização.

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

- a) **Contas a Pagar BNDES:** os valores liberados através dos subcontratos estão demonstrados no Passivo Circulante e Não Circulante, conforme o prazo de vencimento das obrigações contratuais, detalhado por Regional:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Acre	875.746,89	768.848,98	8.088.286,35	8.901.200,76
Alagoas	923.505,93	921.203,57	8.410.482,59	9.372.638,73
Amazonas	1.994.440,80	1.709.960,88	18.188.080,97	17.244.423,29
Amapá	107.083,33	106.758,39	2.329.100,86	2.132.057,39
Bahia	7.744.263,06	5.758.904,12	86.536.211,89	83.868.124,37
Ceará	2.285.904,35	1.924.411,55	20.961.833,71	21.444.770,01
Distrito Federal	678.518,99	457.461,79	6.864.292,81	7.219.287,23
Espírito Santo	1.688.558,42	1.686.313,13	14.617.925,22	16.284.919,44
Goiás	1.986.708,98	1.824.093,60	17.409.804,05	19.079.008,45
Maranhão	1.951.984,69	1.327.866,56	18.734.872,30	17.367.183,09
Mato Grosso	6.534.134,00	5.829.863,67	57.744.381,21	64.686.104,41
Mato Grosso do Sul	4.171.353,66	3.924.315,27	39.317.892,73	43.782.783,93
Minas Gerais	13.048.051,04	13.821.270,17	115.756.547,05	137.853.254,40
Pará	1.961.073,93	1.953.557,68	17.165.454,36	18.871.093,61
Paraíba	3.210.798,22	2.815.014,88	29.073.718,95	30.800.268,83
Paraná	11.628.564,86	10.600.280,33	113.780.401,67	102.298.277,30
Pernambuco	4.147.399,84	1.912.840,54	42.080.630,54	31.591.064,94
Piauí	1.212.194,28	1.210.564,40	10.144.518,46	11.343.114,80
Rio de Janeiro	2.673.499,37	2.666.229,28	22.520.087,60	25.125.734,35
Rio Grande do Norte	1.035.943,57	1.028.728,54	16.720.829,51	13.911.869,13
Rio Grande do Sul	10.038.752,16	9.145.013,88	88.847.989,55	94.776.126,50
Rondônia	644.009,28	375.683,76	6.708.430,61	7.352.667,96
Roraima	380.203,01	255.118,46	3.807.913,57	4.193.912,82
Santa Catarina	8.914.166,44	8.738.072,90	78.841.878,27	87.994.038,59
Sergipe	905.922,68	786.336,81	8.428.951,62	9.321.267,44
Tocantins	1.284.841,02	1.273.253,29	11.801.638,30	13.064.667,89
CETIQT	-	510.633,37	32.054.405,13	15300887,57
Atualização Monetária (c)	3.635.221,65	2.087.151,35	34.004.386,21	22.175.310,45
DN - Itajubá	2.005.482,60	-	18.717.837,64	-
TOTAL	97.668.327,05	85.419.751,15	949.658.783,73	937.356.057,68

- b) **Atualização Monetária:** atualização do saldo devedor do financiamento contratado junto ao BNDES, conforme previsto na Cláusula Terceira do Contrato de Financiamento firmado entre as partes. Essa atualização resultou em um acréscimo no valor da dívida na ordem de R\$ 36.837.275,22. Abaixo, demonstramos a composição dos acréscimos por Departamento Regional:

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Acre	33.722,64	23.015,43	316.499,61	266.456,70
Alagoas	35.560,93	22.817,70	328.953,88	232.155,07
Amazonas	76.796,11	32.687,45	708.383,69	329.642,78
Amapá	4.125,12	1.999,38	72.388,84	39.929,33
Bahia	298.196,23	81.212,34	3.192.431,78	1.182.712,32
Ceará	88.020,78	52.649,19	819.227,63	586.683,12
Distrito Federal	26.110,08	11.359,64	263.631,25	179.268,55
Espírito Santo	65.016,45	51.092,38	570.762,18	493.404,95
Goiás	76.486,11	55.084,89	676.562,90	576.157,47
Maranhão	75.160,33	30.400,34	731.784,80	397.606,43
Mato Grosso	251.595,35	125.937,25	2.256.118,30	1.397.344,22
Mato Grosso do Sul	160.613,59	86.731,47	1.535.034,28	967.645,26
Minas Gerais	499.753,41	354.729,58	4.285.311,08	3.538.070,40
Pará	93.060,85	41.691,47	652.268,26	402.733,73
Paraíba	123.635,67	77.908,07	1.136.488,88	852.425,14
Paraná	447.750,89	292.271,19	3.991.483,16	2.820.570,58
Pernambuco	159.693,77	15.518,03	1.641.343,09	256.284,36
Piauí	46.681,12	36.728,76	397.920,18	344.152,33
Rio de Janeiro	102.943,77	84.660,08	880.275,00	797.810,86
Rio Grande do Norte	39.884,41	21.151,02	497.943,84	286.032,91
Rio Grande do Sul	386.515,14	275.964,29	3.462.094,08	2.860.008,92
Rondônia	24.797,68	10.869,27	262.085,83	212.727,06
Roraima	14.640,29	7.044,98	148.902,56	115.812,96
Santa Catarina	343.239,98	229.027,17	3.080.760,61	2.306.346,74
Sergipe	34.872,54	23.774,58	326.815,74	281.785,01
Tocantins	49.476,45	39.168,87	462.181,41	401.906,15
CETIQT	-	1.656,53	581.272,67	49.637,10
DN - Itajubá	76.871,96	-	725.460,68	-
TOTAL	3.635.221,65	2.087.151,35	34.004.386,21	22.175.310,45

Nota 17. Convênios e Acordos

Convenente	31/12/2018	31/12/2017
(a) Companhia Vale do Rio Doce	276.945,85	276.945,85
(a) SENAI Mexichem Brasil	49.400,00	20.900,00
(a) SENAI Danone	748,20	748,20
(a) SENAI Brasil Food	50,00	50,00
(a) Tigre S/A Tubos e Conexões	4.800,00	4.800,00
(a) Gerdau Aços Longos S/A	62.702,00	62.702,00
(a) Johnson Controls PS do Brasil	800,00	800,00
(a) Transpetro	19.361,16	19.361,16
(a) PRONATEC	-	14.045.327,16

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

(a) SENAI APEX	-	102.900,35
(a) WORLDSKILLS RUSSIA	1.396.203,00	-
(a) SENAI ANEP	275,00	275,00
(a) CONTRATO LUX-DEVELOPMENT	1.429.642,29	185.532,18
(a) SENAI PNUD	-	108.192,00
(a) SENAI JP MORGAN	13.669,54	240.001,77
(b) SENAI CEPEL	(49.831,11)	(49.831,11)
ASSOC.BRAS.DISTRI.FORD CAMINHOES-ABRAFOR	26.002,30	-
PROCOBRE-INSTITUTO BRASILEIRO DO COBRE	80.000,00	-
CENTRO INTERN.P/ DESEN. SUSTENTAL- CIDES	194.752,05	-
PROGRAMA SENAI MAIS PRODUTIVO	9.950.421,51	-
CENTRO EMP. DE DESENV. E INOV. - PARCEIR	8.990.000,00	-
ACORDO SHELL	1.485.998,36	-
TOTAL	23.931.940,15	15.018.704,56

- (a) Acordos firmados com Entidades de direito público ou privado, para a execução de projetos educacionais e assistenciais, com previsão de repasses para os departamentos regionais.
- (b) Convênio firmado com o Centro de Energias de Pesquisas Elétricas – CEPEL, aguardando aprovação para ressarcimento do saldo adiantado pela Entidade.

Nota 18. Provisão para Riscos

- a) Está constituída com base na avaliação da Diretoria Jurídica, para os processos classificados por esta como de provável perda. A administração entende que as provisões constituídas e registradas no balanço, são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. São classificadas no Passivo Circulante e Não Circulante, considerando o tempo esperado para o desfecho da causa, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Cível	-	10.022,77	10.022,77	-	8.590,62	8.590,62
Trabalhista	10.064.437,06	465.416,07	10.529.853,13	8.343.203,54	414.141,43	8.757.344,97
Total	10.064.437,06	475.438,84	10.539.875,90	8.343.203,54	422.732,05	8.765.935,59
(-) Dep. Judiciais	(826.160,94)	(32.484,61)	(858.645,55)	(538.858,47)	(27.484,61)	(566.343,08)
Total Líquido	9.238.276,12	442.954,23	9.681.230,35	7.804.345,07	395.247,44	8.199.592,51

A movimentação das provisões para demandas judiciais no exercício de 2018 está a seguir demonstrada:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8.590,62	8.757.344,97	8.765.935,59
Adições	1.432,15	1.772.508,16	1.773.940,31
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.022,77	10.529.853,13	10.539.875,90

b) Natureza das Demandas Judiciais

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, e está discutindo essas questões na esfera judicial. Essas questões, quando aplicáveis, são amparadas por

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião da Diretoria Jurídica internos e externos.

As demandas judiciais trabalhistas consistem principalmente em reclamações de empregados vinculados a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

A Entidade tem ações de natureza tributária, trabalhista e civil, que com base na avaliação da Diretoria Jurídica, são de possíveis perdas, para as quais não foi constituída provisão, conforme composição e estimativa a seguir:

Natureza	31/12/2018	31/12/2017
Tributárias	14.090.927,58	14.886.930,05
Cíveis	305.436,96	10.055,53
Trabalhistas	16.290.900,54	1.887.113,41
Total	30.687.265,08	16.784.098,99
(-) Depósitos Judiciais	(631.146,37)	(5.076.897,71)
Total Líquido	30.056.118,71	11.707.201,28

Há valores depositados judicialmente, não convolados, e que estão em processo de levantamento junto às instituições financeiras e outros vinculados a processos de remota perda.

c) **Recomposição de valores requeridos pelo INSS**

Os valores repassados à Confederação Nacional da Indústria, pelo SESI e SENAI, com origem nas arrecadações de Contribuições Previdenciárias, estão sendo objeto de revisão entre àquelas Entidades e o INSS, em virtude de questionamentos deste órgão, dos valores repassados no período de 1999 a 2004. Em 06 de maio de 2013, foi expedido pelo Juízo Federal da 21ª Vara, o Mandado de Segurança 22801-70.2013.4.01.3400, deferindo o pedido de Liminar. Em 10 de junho de 2013, foi deferido o pedido de Liminar, pelo Juízo Federal Substituto da 4ª Vara/DF, em exercício na 3ª Vara/DF, determinando a autorizada impetrante (Coordenador Geral de Arrecadação e Cobrança da Delegacia da Receita Federal do Brasil, em Brasília), que se “abstenha de proceder à recomposição dos valores então transferidos pelo INSS nos idos de 1999 a 2004 e tampouco que se leve a efeito, a partir de maio/2013, a compensação de tal montante no fluxo mensal de repasse de receitas, nos termos da Lei 11.457/07”. Em 18 de novembro de 2014, foi concedida a Segurança, em Primeira Instância, confirmando os termos da Liminar. Em 20 de abril de 2015 foi interposta apelação pela União Federal. Em 09 de outubro de 2017 foi proferida sentença integrativa reconhecendo a nulidade da sentença por ausência de citação válida de litisconsórcios passivos necessários. Em 16 de outubro de 2017 o SESI e o SENAI opuseram embargos de declaração em face da sentença integrativa, visando reestabelecer a sentença originária.

Em 03/08/2018 foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pelo SESI e pelo SENAI. Em face dessa decisão foi interposto agravo de instrumento, tombado sob o nº 1028952-74.2018.4.01.0000 e sob relatoria do Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o qual encontra-se pendente de julgamento.

A Diretoria Jurídica da Entidade classifica como de remota perda esta ação, tendo em vista que, sentenças no mesmo sentido foram proferidas nos casos envolvendo outras Entidades do Sistema “S” e o entendimento jurisprudencial tende a se firmar neste sentido.

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

Nota 19. Fundo Financeiro (FRF)

Constituído com base na Resolução nº 131 de 28/03/1985 e atualizado através da Resolução 524/2012, têm por finalidade suprir os Departamentos Regionais do SENAI, de recursos financeiros para implementação de projetos específicos relacionados, prioritariamente a reorganização administrativa e/ou a melhorias no processo de gestão e ações alinhadas a estratégia do Departamento Nacional.

Constitui recursos do fundo, o aporte anual do SENAI - Departamento Nacional; Produto do valor equivalente a remuneração por 1 (um) dia, na Caderneta de Poupança, da cota da Receita de Contribuição Geral, repassada pela Receita Federal do Brasil – RFB. Este valor é calculado pelo Departamento Nacional e descontado da arrecadação destinada ao Departamento Nacional e de cada Departamento Regional, proporcionalmente ao percentual de participação do Regional, no valor repassado no mês anterior. Os rendimentos financeiros obtidos com a aplicação dos recursos, bem como, os encargos financeiros resultantes da utilização, pelos Departamentos Regionais, são incorporados aos recursos do Fundo.

Saldo em 31 de dezembro de 2017	102.767.775,85
MOVIMENTAÇÃO EM 2018	
Valor Aportado	191.562,15
Rendimentos Aplicação	3.435.835,61
Tarifas Bancárias	(1.498,86)
Atualização Monetária de Empréstimos	2.291.648,46
Saldo em 31 de dezembro de 2018	108.685.323,21
Empréstimos Concedidos FRF	(45.633.820,56)
Recursos Disponíveis FRF em 31/12/2018	63.051.502,72

Nota 20. Encargos a Pagar – Processo Judicial

Encargo	31/12/2018
Contribuição Previdenciária (passivo)	4.945.472,65
PIS sobre Folha de Pagamento (passivo)	230.371,38
INSS RAT (passivo)	4.917.402,62
Total	10.093.246,65
(-) Depósitos Judiciais (ativo)	(10.093.246,65)

(a) Inexistência de relação jurídico-tributária

A Entidade impetrou junto ao Ministério da Fazenda, Ação Declaratória de Inexistência de relação jurídico-tributária cumulada com pedido de repetição de indébito nº 1008421-49.2018.4.01.3400, processo no qual SESI e SENAI pretendem se desobrigar dos recolhimentos das contribuições para a seguridade social, em especial as Contribuições Previdenciárias Patronais previstas no artigo 22, incisos I, II e III da Lei nº 8.212/91 e a Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS.

Em 08 de maio de 2018, foi proferida decisão, através do protocolo de identificação 5584946, deferindo o pedido de tutela de urgência, para realização de depósitos judiciais das importâncias discutidas na ação. Aguarda-se a citação da União.



Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

Os valores discutidos encontram-se judicialmente depositados. A Diretoria Jurídica entende que, o mérito da demanda deverá seguir o entendimento já firmado pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça em ação ajuizada pelo SENAC, julga, portanto, que a probabilidade de perda dessa ação é remota."

(b) RAT/FAP

O Departamento Nacional do SENAI mantém a Ação Ordinária 7445-40.2010.4.01.3400, processo no qual o SENAI se insurge contra o seu reenquadramento na tabela de Risco Ambiental de Trabalho (RAT) e consequente aumento do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) a ser recolhido, em razão da edição da Lei 10.666/2003 e regulamentação dada pelo Decreto 6.957/2009.

Em 19 de fevereiro de 2010 foi deferido o pedido para realização de depósito judicial das importâncias discutidas na ação. Em 4 de outubro de 2011 foi prolatada sentença, julgando improcedente a demanda. Em 1º de fevereiro de 2012, foi interposta apelação pelo SENAI. A União recorreu com o intuito de majorar os honorários advocatícios. Em 23 de fevereiro de 2016, os referidos recursos foram improvidos. O SENAI e a União opuseram embargos de declaração, os quais foram rejeitados.

Em 19 de abril de 2017, o SENAI interpôs recursos especial e extraordinário. Os autos encontram-se conclusos com o Desembargador Presidente, para exame de admissibilidade dos recursos interpostos.

Tendo em vista que os valores discutidos, encontram-se depositados e que o mérito da demanda deverá seguir o entendimento a ser firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário nº 677.725/RS, submetido à sistemática da repercussão geral, a Diretoria Jurídica da Entidade considera que a probabilidade de perda no caso ora em análise é possível.

Nota 21. Patrimônio Líquido

- a) **O Patrimônio Líquido:** é de R\$ 935.230.197,80 (novecentos e trinta e cinco milhões, duzentos e trinta mil, cento e noventa e sete reais e oitenta centavos), correspondentes aos superávits acumulados e outros resultados abrangentes, representados por Ajuste de Investimentos a Valor Justo.
- b) **Ajuste de Valor Patrimonial:** representam ajustes cumulativos de investimentos em ações mensuradas pelo valor de mercado, conforme cotação das ações das empresas investidas efetuadas na bolsa de valores, na data do balanço.

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	48.820,85	9.440,82
Varição aumentativa de investimentos	-	39.380,03
Varição diminutiva de investimentos	(7.831,06)	-
Saldo Final	40.989,79	48.820,85

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

c) Superávit dos Exercícios

*Orçamentárias	31/12/2018	31/12/2017
Receitas Correntes	922.982.832,17	934.344.960,95
Receitas de Capital	6.148.542,68	2.434.399,77
Despesas Correntes	(755.802.025,75)	(764.698.763,59)
Despesas de Capital	(99.342.661,92)	(77.123.378,31)
Superávit Orçamentário (a)	73.986.687,18	94.957.218,82

*Variações Patrimoniais/Financeiras		
Varição Patrimonial Ativa	39.244.561,56	8.502.910,73
Varição Financeira Ativa	585.291,13	2.784.357,41
Varição Patrimonial Passiva	(10.482.374,54)	(28.693.496,77)
Varição Financeira Passiva	(30.010.155,29)	(9.994.448,43)
Déficit Patrimonial (b)	(662.677,14)	(27.400.677,06)
Superávit do Exercício (a + b)	73.324.010,04	67.556.541,76

d) Ajustes de Exercícios Anteriores

	Saldo em 31/12/2017	Ajuste Credor	Ajuste Devedor	Efeito total no Resultado Acumulado	Saldos Ajustados em 31/12/2017
ATIVO	2.325.497.062,90	11.184.310,45	17.728.245,78	6.543.935,33	2.332.040.998,23
Circulante	1.188.745.847,53	11.072,36	1.477.353,81	1.466.281,45	1.190.212.128,98
Não Circulante	1.117.192.566,73	11.173.238,09	16.250.891,97	5.077.653,88	1.122.270.220,61
Ativo Compensado	19.558.648,64	-	-	-	19.558.648,64
PASSIVO	2.325.497.062,90	40.595.665,01	34.051.729,66	6.543.935,33	2.332.040.998,23
Circulante	410.013.034,45	8.730,74	-	8.730,74	410.021.765,19
Não Circulante	1.063.405.254,07	-	22.858.688,49	(22.858.688,49)	1.040.546.565,58
Operação BNDES	960.214.746,17	-	22.858.688,49	(22.858.688,49)	937.356.057,68
Fundo Financeiro Constituído	102.767.775,85	-	-	-	102.767.775,85
Provisão p/ Riscos	422.732,05	-	-	-	422.732,05
Patrimônio Líquido	832.520.125,74	40.586.934,27	11.193.041,19	29.393.893,08	861.914.018,82
Patrimônio Líquido Acumulado	764.914.763,13	40.586.934,27	11.193.041,19	29.393.893,08	794.308.656,21
Superávit do Exercício	67.556.541,76	-	-	-	67.556.541,76
Ajuste de Valor Patrimonial	48.820,85	-	-	-	48.820,85
Passivo Compensado	19.558.648,64	-	-	-	19.558.648,64

Os ajustes referem-se aos seguintes fatos:

- i. Reconhecimento de recursos próprios concedidos ao Departamento Regional do Distrito Federal para cobertura de valores adiantados no exercício de 2017 com objetivo de reestruturação estratégica do regional e regularização da quota parte da arrecadação compulsória oriundas de exercícios anteriores devidas pelo Departamento Regional ao Departamento Nacional do SENAI.

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

Principal R\$ 17.628.852,16 (dezesete milhões, seiscientos e vinte e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos).

Correção monetária: R\$ 99.393,62 (noventa e nove mil, trezentos e noventa e três reais e sessenta e dois centavos).

- ii. Reconhecimento dos rendimentos provenientes das aplicações financeiras dos recursos liberados aos regionais e devolvidos ao departamento nacional do SENAI, da operação de financiamento BNDES o valor de R\$ 22.858.688,49.
- iii. Reconhecimento das baixas de bens cedidos aos departamentos regionais e convênios não realizados em exercícios anteriores.

UF	Valor Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual
AC	13.019,60	3.862,23	9.157,37
AL	689.893,42	159.604,20	530.289,22
AM	102.890,85	60.694,19	42.196,66
BA	3.683.279,60	1.533.612,72	2.149.666,88
CE	1.135.415,73	240.470,24	894.945,49
CETIQT	9.452,00	8.919,40	532,60
ES	3.063.522,89	1.515.356,17	1.548.166,72
FINEP	14.816,00	14.816,00	-
GO	30.790,00	30.649,83	140,17
MA	136.911,00	61.480,54	75.430,46
MG	146.397,21	58.442,62	87.954,59
MS	608.285,17	333.740,49	274.544,68
MT	273.686,10	230.022,65	43.663,45
PA	230.959,20	208.201,56	22.757,64
PE	1.291.956,24	278.757,63	1.013.198,61
PI	10.500,00	7.160,89	3.339,11
PR	238.660,57	181.560,45	57.100,12
RJ	39.966,00	30.988,29	8.977,71
RN	148.801,96	31.859,25	116.942,71
RO	26.792,57	13.005,93	13.786,64
RS	648.348,35	291.668,55	356.679,80
SC	181.146,07	76.490,36	104.655,71
SP	171.766,21	89.543,78	82.222,43
TO	2.286.148,50	879.269,24	1.406.879,26
Total	15.183.405,24	6.340.177,21	8.843.228,03

- iv. Reconhecimento de despesas com INSS - Fator Acidentário de Prevenção (FAP), dos anos de 2010 a 2017, da Ação Ordinária 7445-40.2010.4.01.3400.

Exercício	Valor
2010	259.965,44
2011	249.109,44

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

2012	232.671,54
2013	419.567,34
2014	544.715,76
2015	622.244,64
2016	803,92
2017	931,98
Total	2.330.010,06

- v. Reconhecimento de despesas com viagem por erro no sistema interno de gestão de passagens Reserve no valor de R\$ 19.803,10.

Natureza	Valor Baixado
Adiantamentos Concedidos	11.072,36
Sistema Indústria Conta Movimento	8.730,74
TOTAL	19.803,10

Nota 22. Receitas de Contribuições

	31/12/2018	31/12/2017
Diretas	233.419.276,14	225.436.009,92
Indiretas	227.576.972,89	227.417.113,86
Adicionais	395.420.260,96	389.159.263,73
TOTAL	856.416.509,99	842.012.387,51

Nota 23. Receitas Financeiras

	31/12/2018	31/12/2017
Rendimentos de Aplicações Financeiras	46.308.716,07	55.463.853,56
TOTAL	46.308.716,07	55.463.853,56

Nota 24. Receitas de Serviços

	31/12/2018	31/12/2017
Serviços Consultoria e Assist. Técnica	9.325.392,25	24.918.830,73
Serviços Financeiros	2.444.512,83	1.862.157,23
Serviços Educacionais	2.758.273,33	3.356.748,74
TOTAL	14.528.178,41	30.137.736,70

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

Nota 25. Outras Receitas Correntes

	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de Despesas	685.527,10	1.017.687,01
Multas e Juros de Mora (a)	4.737.594,79	5.474.422,32
Descontos Obtidos	19.954,91	5.163,29
Indenizações e Restituições	286.350,90	233.430,56
TOTAL	5.729.427,70	6.730.703,18

a) Multas e juros de mora: tratam-se em sua maioria, de multas e juros sobre as receitas de contribuições;

Nota 26. Serviços de Terceiros

	31/12/2018	31/12/2017
Traduções	120.336,63	296.742,37
Assessoria e Consultoria	13.692.308,24	15.803.451,35
Auditoria	322.838,25	269.398,85
Informática	12.914.067,30	8.662.993,57
Médicos e Laboratoriais	210.480,91	151.110,25
Publicidade e Propaganda	18.686.071,49	16.595.479,29
Promoções e Eventos	2.805.505,02	2.213.825,77
Serviços de Limpeza e Conservação	271.279,08	203.297,77
Manutenção Reparos Bens Móveis/Imóveis	4.408.766,20	1.206.232,68
Segurança e Vigilância	444.795,85	507.068,14
Locação de Máquinas e Equipamentos	11.975.144,56	663.569,88
Locação de Veículos	901.023,25	852.149,79
Assinat. Periódicos, Anuid.e Publicações	525.217,05	576.398,24
Seguros	176.982,37	223.922,03
Serviços Gráficos, Cópias e Reproduções	987.149,44	948.672,62
Serviços Comunicação em Geral	4.783.428,90	4.513.930,50
Técnicos Especializados	38.210.588,80	33.303.289,81
Fretes, Transp. Encomendas e Postagens	2.120.034,36	1.116.002,54
Transportes Urbanos	33.807,27	52.238,29
Patrocínios	664.680,30	3.129.360,60
Despesas de Alimentação	12.930,73	293.332,54
Treinamento e Ações de Capacitação	6.001.924,48	6.520.770,22
Aquisição de Direito de Uso	1.288.333,15	6.839.070,92
Outros Serviços de Terceiros	1.329.773,26	1.094.256,07
Total	122.887.466,89	106.036.564,09

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

Nota 27. Despesas Diversas

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com Arrecadação Indireta	7.965.193,55	7.959.598,49
Despesas Judiciais, Cartoriais e Editais	503.061,08	602.240,32
Despesas com Representação e Integração	27.355,52	39.614,36
Pedágio e Estacionamento	14.631,77	13.444,42
Total	8.510.241,92	8.614.897,59

Nota 28. Contribuições e Transferências Regimentais

	31/12/2018	31/12/2017
Contribuição CNI	69.538.919,11	68.340.122,37
Contribuição CETIQT	50.465.164,28	50.942.146,60
Contribuição CTGAS	4.000.000,00	4.000.000,00
Contribuição IEL Nacional	12.919.994,91	7.462.330,20
TOTAL	136.924.078,30	130.744.599,17

Nota 29. Auxílios Regimentais

	31/12/2018	31/12/2017
Auxílio Mínimo	123.096.233,97	120.929.409,13
Auxílio Especial	123.096.233,97	120.929.409,13
TOTAL	246.192.467,94	241.858.818,26

Gastos incorridos e provisões referentes a transferências efetuadas para os Departamentos Regionais do SENAI, previstos no regimento.

Nota 30. Convênios

	31/12/2018	31/12/2017
Entidades do Sistema Indústria	1.481.794,44	26.886.674,01
Entidades Privadas	7.109.431,41	9.317.568,20
TOTAL	8.591.225,85	36.204.242,21

Nota 31. Apoios Financeiros

	31/12/2018	31/12/2017
Feiras e Eventos	6.930.008,83	7.187.155,37
Modernização da Gestão	62.826.761,10	72.159.035,85
Emergenciais	3.483.758,64	218.982,32
Projetos Estratégicos	27.445.122,37	30.065.224,71
Incentivo a Produção	402.070,00	5.566.790,00

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

TOTAL	101.087.720,94	115.197.188,25
--------------	-----------------------	-----------------------

Nota 32. Contribuição para o Fundo de Previdência Privada

A Entidade é patrocinadora do Fundo de Previdência denominado Prevind e Prevind2.

- a) **Prevind:** plano que foi criado em outubro/1987, é um plano de previdência complementar baseado em Benefício Definido.
- b) **Prevind2:** foi criado em outubro/2000 e difere do plano Prevind por se tratar de um plano de Contribuição Definida, onde as contas são individualizadas. Neste plano, a contribuição é paritária, o participante opta por contribuir dentro de uma tabela com opções de contribuição, e a patrocinadora contribui com o mesmo valor. Com a criação do Prevind2 não é mais permitida a inclusão no Prevind.

Os planos são administrados pela Kirton Administração de Serviços para Fundos de Pensão Ltda – Organizações Bradesco.

Em 31.12.2018, o número de participantes do Prevind e Prevind2 totalizou 317 inscritos, classificados da seguinte maneira:

	Assistidos	Ativos	Total
PREVIND	98	-	98
PREVIND2	52	167	219
TOTAL	150	167	317

A Entidade contribuiu no ano de 2018, com R\$ 2.753.196,04, para o custeio dos planos, enquanto a participação dos empregados totalizou o valor de R\$ 2.841.119,30.

Em 2018, o patrimônio do plano Prevind atingiu o montante de R\$ 60.553.937,32, enquanto o Prevind 2 totalizou R\$ 133.637.046,70, conforme Relatório Gerencial, emitido pelas Organizações Bradesco.

A última avaliação atuarial, emitida em março de 2018, para o Plano de Previdência PREVIND, foi realizada pelos Atuários, Paulo Machado da C.C da Marques e Marília Vieira Machado da Cunha Castro, relativos a data base 31/12/2017, sendo constatado superávit.

As premissas de riscos adotadas na avaliação atuarial, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Nota 33. Seguros

Os bens da Entidade estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para a cobertura dos eventuais riscos. A especificação, por modalidade de risco e importância segurada das principais apólices, são as seguintes:

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – Departamento Nacional

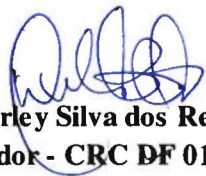
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

	Tipo do Bem	Modalidade de Seguro	Vigência	Importância Segurada
Itaú Seguro Auto Frota	Móvel	Convencional	26/04/2017 a 26/04/2018 26/04/2018 a 26/04/2019	Valor de Mercado Referenciado
Bradesco Seguro Empresarial	Imóvel	Compreensivo Empresarial	17/06/2017 a 17/06/2018 23/03/2018 a 23/03/2019	6.487.564,00

Os seguros da Entidade são contratados, conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes.

As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



Dirley Silva dos Reis
Contador - CRC DF 015.366
Gerente de Contabilidade



Fernando Augusto Trivellato Andrade
Diretor de Serviços Corporativos